

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1216 - 13/05/2013 a 19/05/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS

AFINAL, O QUE BRASÍLIA QUER?



Entrevista

.....
Análise do caos da
infraestrutura

Fazenda Itamaraty

.....
O saldo da
Reforma Agrária

Café

.....
Custos altos,
preços baixos

Aos Leitores



De forma sistemática, sem respeitar a lei, a Funai expande de forma descontrolada demarcações de terras no país. Não são mais latifúndios amazônicos, mas o alvo tem sido principalmente pequenos proprietários rurais - a maioria deles com títulos concedidos pelo próprio Governo há quase um século.

Nessa ideologizada ação que, por exemplo, entregou milhares de hectares a índios na Reserva Serra do Sol, em Roraima, expulsando os produtores de arroz, o cenário é de miséria. Cenário constatado por um grupo de parlamentares que lá estiveram em 15 de abril passado.

No Paraná mais de uma dezena de pequenos propriedades de Terra Roxa e Guaíra foram invadidas por índios “importados” do vizinho Paraguai.

Afinal, o que o governo pretende? Quebrar a ordem jurídica e o direito à propriedade?

A Comissão de Agricultura convocou, no último dia 8, a ministra Gleisi Hoffmann buscando explicações para as invasões. Dividir responsabilidade da Funai com outros órgãos, criar grupos de trabalho, argumentou ela. Mas não houve resposta ao que estipula a Constituição Federal.

Nesta edição, um resumo do que ocorreu em Brasília, o que vem ocorrendo no país e a opinião dos parlamentares.

E uma entrevista do doutor em economia e agribusiness Judas Tadeu Graci Mendes sobre um tema que o governo também não explica: o caos da infraestrutura brasileira.

Índice

Sanidade	03
Fazenda Itamaraty	04
iLPF	08
Entrevista	10
CaFé	14
Capa	16
Notas	25
Seguro	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Arquivo FAEP, Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória, Gilson Abreu e Lineu Filho

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zaratini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Internet agiliza registro de vacinação

Novo mecanismo é a novidade da campanha contra aftosa em 2013

The screenshot shows the ADAPAR website interface. At the top, there's a navigation bar with the ADAPAR logo and the text 'SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ'. Below this, a main banner reads 'Lançamento da Comprovação Online da Vacinação contra Febre Aftosa'. To the right, there's a form titled 'COMPROVAÇÃO ONLINE DE VENDA DE VACINA CONTRA A FEBRE AFTOSA - PRODUTOR'. The form includes fields for 'Cidade', 'Município', 'CNPJ/CPF/Produtor', 'SEJA', 'CMT Que Utilizará', 'Número Nota Fiscal', 'Data Nota Fiscal', 'Espécie Animal', 'Data de Vacinação', and 'Imagem de Código'. A 'Enviar' button is at the bottom of the form. Below the form, there are two promotional banners: 'CASA AGROPECUÁRIA VENDA DE VACINA FEBRE AFTOSA' and 'PRODUTOR COMPROVAÇÃO DA VACINAÇÃO FEBRE AFTOSA'. A sidebar on the left contains a menu with items like 'Página Inicial', 'Transparência ADAPAR', 'Serviços', 'Informações ao Produtor', 'Legislação', 'Registros Agropecuários', 'Saúde Animal', and 'Sanidade Vegetal'. A central image shows a group of people sitting in a room, likely a training session or meeting.

A campanha para vacinar o rebanho bovino contra a febre aftosa começou no início deste mês e a novidade é que neste ano, pela primeira vez, o pecuarista pode comprovar pela internet que seu rebanho foi imunizado. “O método é simples e prático. O produtor vai informar eletronicamente quantos animais vacinou e, na sequência, confirmar e imprimir o comprovante”, explica Andrea Calderari, gerente de saúde animal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

O procedimento de comprovação pelo novo mecanismo é simples: no ato de compra das vacinas, o dono da loja faz o lançamento dos códigos dos remédios, o número e idade dos animais no site da Adapar. Depois da aplicação, basta o pecuarista acessar o sistema e confirmar a vacinação. Para isso, ele precisa entrar no site www.adapar.pr.gov.br e procurar o ícone “Produtor - Comprovação de vacina contra febre aftosa”. Nesta área do site, o produtor precisa preencher informações sobre o rebanho.

Além do método online, o produtor também pode comprovar a vacinação pelo processo tradicional, entregando as guias em papel nas unidades veterinárias da Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura. Para a comprovação, são necessárias duas vias do comprovante de vacinação e a nota fiscal de compra da vacina. A dose custa cerca de R\$ 1,20.

Na prática

Em Campo Mourão, uma iniciativa do Conselho de Sanidade Animal (CSA), do Sindicato Rural, Adapar, Emater e Faculdade Grupo Integrado, vai auxiliar os pecuaristas para comprovar a vacina pelo sistema eletrônico. A partir do dia 14 de maio, oito estagiários estudantes de medicina-veterinária, em sete municípios da região, estarão nas unidades da Adapar dando suporte aos produtores na hora de preencher os dados via internet.

A ideia surgiu justamente pela

dificuldade dos pecuaristas em fazer a comprovação online. “Nós constatamos que a maioria iria ter dificuldades com o novo sistema. Um dos fatores limitantes é que muitos produtores não têm acesso à internet. Por isso é importante oferecermos um suporte a eles”, explica Jaciani Beal Klank, presidente do CSA de Campo Mourão.

Segundo ela, a iniciativa se estende até o dia 29 de maio e os pecuaristas que ainda não fizeram a comprovação devem procurar o Sindicato Rural de Campo Mourão ou as unidades da Emater e da Secretaria da Agricultura (Seab) nos municípios de Farol, Iretama, Roncador, Luiziana, Corumbataí do Sul, Peabiru e Campo Mourão. Mais informações pelo telefone: (44) 3523-7565.

Nesta fase da campanha serão vacinados apenas bovinos e bubalinos com até 24 meses, um total de 4,4 milhões de animais do estado. A imunização é obrigatória e o produtor deve comprová-la até dia 31 de maio.

Itamaraty: da prosperidade à pobreza

Fazenda vira mau exemplo da equivocada política nacional de reforma agrária



No passado a área foi exemplo de produtividade; hoje, só problemas

Entre os anos 70 e o início dos 2000, uma área de 50 mil hectares localizada em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, foi foco dos holofotes do então incipiente agronegócio brasileiro. Ali no Centro-Oeste, o empresário paulista Olacyr de Moraes organizou a mais moderna estrutura agrícola do país para produção de soja, milho e algodão. Contudo, por conjunturas econômicas e omissões políticas da época, a propriedade de alta produtividade viu os tempos de prosperidade serem substituídos por um quadro de pobreza e abandono após um processo de assentamento de sem-terras fracassado numa prova de que a política agrária nacional segue uma linha equivocada.

Mas antes do acaso, a importância da Fazenda Itamaraty como modelo técnico e científico para a produção agrícola do Brasil foi tamanha que desde seus primeiros sucessos produtivos chamou a atenção da imprensa nacional e internacional. Na metade dos anos 80, a propriedade figurou nas páginas das revistas estrangeiras, como a norte-americana Newsweek, que chamava a atenção para a modernidade que imperava em suas divisas. Não foi à toa que foi retratada como a maior plantação de soja do mundo. Na década de 90, registrou a segunda maior produção brasileira de algodão e foi recordista nacional na produção de milho.



Ferronorte endividou o empresário Olacyr de Moraes

Outra característica marcante do empreendimento sempre destacada dizia respeito ao uso de uma técnica inovadora para irrigação de grandes áreas e a preocupação com a pesquisa científica. A revista IstoÉ Dinheiro, por exemplo, lembrou em uma das suas edições que coube a Olacyr o mérito da abertura de uma nova fronteira para o agronegócio brasileiro. O empresário, segundo a publicação, começou a plantar soja no Centro-Oeste em 1973, depois de uma inundação que devastou as lavouras no Mississippi, nos Estados Unidos. Na fazenda Itamaraty, ele fez mais de 10 mil pesquisas e cruzamentos genéticos até chegar ao algodão ITA-90. Graças a essa semente, o Brasil deixou de ser importador para se tornar exportador do produto, por exemplo. Dali também saíram mais de 100 variedades de soja, algumas entre as mais produtivas do mundo.

Declínio

A outrora fazenda modelo, que recebeu dois presidentes da República em visita oficial e deu o título de Rei da Soja ao seu dono, começou a vivenciar o declínio quando Olacyr decidiu a construir, no fim dos anos 80, a Ferronorte – uma ligação ferroviária entre o cerrado brasileiro e o Porto de Santos. Segundo a revista Veja, em edição de 2001, os negócios do empresário começaram a ruir quando injetou dinheiro próprio no projeto, que seria tocado com ajuda estatal.

O caldo começou a entornar de vez quando o governo não entrou com sua parte. Para iniciar a obra, o empresário sacou 200 milhões de dólares de recursos próprios e tomou

outros 200 milhões emprestados em bancos. Com dívidas, seu império se transformou numa máquina de fazer prejuízos. Seu banco, o Itamarati, começou a causar preocupação e teve de ser vendido.

Além disso, os trens comprados pelo empresário ficaram sete anos parados porque o governo de São Paulo demorou a erguer uma ponte sobre o Rio Paraná – ela ligaria a Ferronorte aos trilhos do Sudeste e ao Porto de Santos. “Olacyr foi um visionário destruído por um Estado desonesto”, avaliou na época o deputado Delfim Netto. Hoje, a Ferronorte transporta mais 7 milhões de toneladas de soja. “Com o seu pioneirismo, ele abriu caminho para o sucesso da agricultura, mas acabou pagando um preço alto demais”, apontou o executivo Nelson Bastos, que presidiu a Ferronorte, em entrevista da IstoÉ Dinheiro.

Assentamento

Para tentar cobrir parte de suas dívidas, Olacyr ofereceu a fazenda inteira ao governo federal por 300 milhões de reais em 1998, mas Brasília não aceitou. Um ano depois ele precisou entregá-la ao banco Itaú para garantir o pagamento de dívidas. Desde então o banco vinha tentando achar interessados no negócio até que, em 2001, o Itaú procurou o governo com uma oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27 milhões na época. O dinheiro seria pago em quinze anos



Olacyr sempre esteve no foco da imprensa

com títulos da dívida agrária, as tais TDAs.

Na ocasião, só foram negociadas as terras e a parte do equipamento de irrigação que não pôde ser removida. O resto da estrutura permaneceria na metade da fazenda que ainda era de Olacyr. Eram quase 300 veículos e edificações. Havia uma vila com posto médico, escola, 370 casas e uma pista de pouso asfaltada. Para se ter uma ideia da grandeza, o colosso gastava, em média, mais de R\$ 1,5 milhão só em energia elétrica. Mais de R\$ 15 milhões foram empregados em sementes, colheita e na manutenção de equipamentos.

Quando da oficialização do negócio, os principais veículos de comunicação do país anunciaram que o imóvel seria o mais completo assentamento para os sem-terras no Brasil. Mas os planos desandariam desde o início, como mostrava reportagem do jornal O Estado de São Paulo noticiando a invasão da fazenda por mais de 2 mil sem-terras ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) antes mesmo do plano de assentamento ser elaborado. A situação se complicaria em 2004, como noticiava a Folha de São Paulo, com a nova invasão do MST na outra metade da fazenda comprada pelo governo federal por R\$ 220 milhões com toda infraestrutura. Os líderes do movimento questionavam os critérios do Incra para fazer a distribuição de lotes para 1.700 famílias.

Problemas

Passados cinco anos dos assentamentos, a Itamaraty

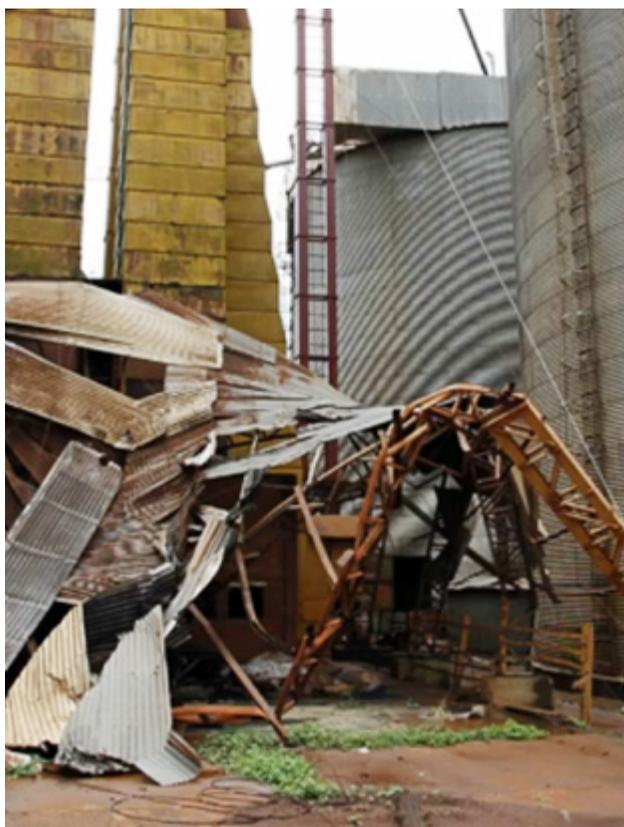
estava fatiada para 2.100 famílias ligadas ao MST, Fetagri, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação da Agricultura Familiar (FAF) e cem ex-trabalhadores da própria fazenda. No entanto, como retratava o jornal O Tempo, de Belo Horizonte, o mais ambicioso projeto de reforma agrária se punha por terra. A reportagem apontava que o modelo participativo de “ex-bóias-frias e desempregados urbanos, gente excluída, chamados a decidir sobre sua exploração agropecuária é bonito em teoria, mas sem funcionar na prática”.

A reportagem de 2006 dizia que “quem visita o assentamento Itamaraty teme pelo futuro. Os níveis de produção são baixíssimos, a qualidade de vida sofrível. Campeia a prostituição e a corrupção. Dá pena de ver. Lotes são vendidos a céu aberto. No assentamento I, mais antigo, estima-se que 30% das terras já trocaram de dono. No assentamento II, recente, o comércio fundiário se instala. Defronte a Sta Virgínia, a benesse custa R\$ 15 mil, com casa novinha em folha. Mais: quem comprar se habilita a receber, do Incra, novos créditos agrários. De graça! Nada funciona, porém, sem a comissão do chefe. Sendo tudo irregular, a propina corre solta. Como passe de mágica, autoridades públicas não tomam conhecimento das transações ilegais”.

De lá para cá, os problemas só se agravaram, demonstrando os equívocos da política nacional de reforma agrária. A dimensão das falhas no processo pode ser dimensionada pelo título da matéria publicada pelo jornal O Globo na semana passada: “De antigo império da soja à maior favela rural do interior do Brasil”. A reportagem, então, não



A antiga sede da fazenda Itamaraty virou uma favela rural



Infraestrutura do passado em completo abandono atualmente

poderia ser senão o próprio retrato da desolação que toma conta hoje em dia da Itamaraty: “a pobreza do campo ganhou ares de favela na área de 400 hectares que o Incra reservou para ser a vila urbana do assentamento, hoje administrada pela Associação dos Moradores do Assentamento Itamaraty (Ampai), com 360 famílias, que moram em barracos sem luz, sem água encanada e com ruas esburacadas”.

Segundo O Globo, a coisa vai de mal a pior em todo o assentamento, com os pequenos produtores tendo que se virar sem financiamento ou assistência técnica para tocar os lotes recebidos do Incra. O quadro de abandono fica evidenciado quando a publicação cita que traficantes e fazendeiros arrendam lotes dos assentados, mesmo sendo ilegal a prática. Para completar, estima-se que 1.200 famílias (40% do total) já comercializaram lotes, mesmo o Incra admitindo que só 550 negociaram as terras. Além disso, o prefeito de Ponta Porá Ludimar Novaes (PPS), citado na reportagem, afirma que atualmente cerca de 2 mil famílias da fazenda só sobrevivem graças ao Bolsa Família do governo federal.

Análise

A precariedade fundiária da Itamaraty é mais um daqueles casos de tragédia anunciada que tanto marcam a

sociedade brasileira. Já em 2006, em artigo publicado no Estado de São Paulo com o título de “Ilusão Produtiva”, o colunista de agronegócio Xico Graziano alertava para a possível falência do assentamento. O motivo foi antecipado: “a grande jogada econômica reside no arrendamento rural. O frágil sucesso do assentamento da Itamaraty depende de esquema de corrupção jamais visto na reforma agrária. Ocorre que as áreas de exploração supostamente coletiva encontram-se cedidas para produtores da região”.

O colunista lembrava em seu artigo que soja, milho, algodão e mamona saíam da fazenda como se fossem produzidos pelos assentados. Nessa ilusão produtiva, a pecuária também encontrou seu nicho. Por R\$ 7 cabeça/mês, alugavam-se pastagens de capim braquiária, a ponto do frigorífico de Ponta Porá deter sozinho na época 800 bois na área reformada. “O socialismo agrário se transforma em grossa picaretagem”, afirmou.

Finalizando sua análise sobre a outrora bem-sucedida Itamaraty, o colunista lembrou: “quando o presidente Lula visitou o assentamento, em 2003, se entusiasmou e galgou uma colheitadeira. Feliz, iniciando o governo, afirmou que faria ali uma reforma agrária exemplar. A máquina que ele pilotou, entretanto, não pertencia aos assentados, mas sim aos forasteiros da malandragem. Ninguém teve a coragem de contar ao Presidente. Até hoje ele não sabe de nada”.



Presidente Lula durante visita à Itamaraty em 2003

Uma lei para a iLPF

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta ganha política de sistemas sustentáveis



Sistema iLPF é alternativa para recuperação de áreas degradadas

Ter a mesma área explorada comercialmente o ano todo com cultivos, animais e madeira é o princípio do sistema integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), com a vantagem de aliar renda, sustentabilidade e preservação ambiental. No entanto, o modelo ainda está longe de ser uma alternativa concreta para a maioria dos produtores rurais do Brasil diante das dificuldades técnicas e financeiras para sua adoção. Uma realidade que se pretende mudar a partir de agora com a aplicação da lei de Política Nacional de iLPF, sancionada pela presidência da República no final de abril e que entra em vigor em agosto próximo.

Segundo Caio Rocha, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com a regulamentação da política nacional, o poder público terá como definir planos de ação regional e nacional para a expansão e o aperfeiçoamento dos sistemas iLPF, tendo a participação das comunidades locais, e estimular a adoção da certificação dos produtos pecuários agrícolas e florestais oriundos de sistemas integrados. Além disso, passa a tomar medidas concretas como a facilitação de crédito para produtores rurais que adotarem os sistemas iLPF e o apoio

técnico para que possam desenvolver práticas de preservação.

Entre outras diretrizes, a política nacional procura melhorar de forma sustentável a produtividade, a qualidade dos produtos e a renda do produtor rural, pela adoção de sistemas integrados de iLPF em áreas já desmatadas e como alternativa aos monocultivos tradicionais. Busca-se ainda com o mecanismo legal minimizar o desmatamento e contribuir para a manutenção das áreas de preservação permanente e reserva legal; além de fomentar novos modelos de uso da terra, aliando sustentabilidade do agronegócio com a preservação ambiental.

Fomento

“A lei vem em boa hora porque é instrumento que ajuda nas políticas públicas para ampliar a adoção da iLPF e institucionaliza o papel das entidades envolvidas com o tema”, avalia José Fernandes Jardim Jr., vice-presidente da Cocamar, que integra a Rede de Fomento da iLPF. Ele lembra que até então uma série de ações vinham sendo desenvolvidas isoladamente, como era o caso da própria Rede, mas que passam a contar

agora com mecanismos para ações conjuntas e com respaldo oficial. “Passamos a falar a mesma língua e podemos ampliar em progressão geométrica os bons resultados obtidos em propriedades modelos em iLPF”, complementa.

A Rede iLPF foi formalizada em 2012 e foi a primeira iniciativa para reunir os agentes que pesquisam o sistema integrado de produção. Coordenada pela Embrapa - com as participações da própria Cocamar e das empresas Syngenta e John Deere, a organização pretende acelerar a difusão da iLPF em todo o Brasil. Para tanto, conta com um orçamento de R\$ 7,5 milhões para serem aplicados nos próximos cinco na transferência de tecnologias aos produtores rurais. Assim, o fomento se dará através das Unidades de Referência Tecnológica presentes em cinco regiões do país.

Nesse sentido, as experiências feitas na região paranaense conhecida como Arenito Cuiá passam a ser um grande referencial para os futuros adeptos da iLPF. Ocupando mais de 40% do Norte e Noroeste do Paraná, o solo arenoso sempre foi um grande desafio para viabilizar economicamente as propriedades habituadas à pecuária extensiva e de baixa produtividade. Ali, desde o fim dos anos 90, a Cocamar, em parceria com Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), aplica a iLPF buscando a recuperação de pastagens degradadas. Como resultado, atualmente, já se encontram propriedades com até quatro bois por hectare e lavouras de soja rendendo 60 sacas/ha.

Emissões

Essa otimização do solo é um compromisso assumido pelo Brasil em fóruns internacionais que discutem a redução de emissões Gases de

Efeito Estufa (GEE). Assim, a iLPF passou a fazer parte do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que permite a preservação e melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo, de forma conjunta ou alternada proporcionando o aumento da produtividade e da renda das atividades agropecuárias. A meta do governo, nos próximos dez anos, é deixar de emitir 165 milhões de toneladas equivalentes de gás carbônico (CO²) no setor rural.

Para o alcance dos objetivos traçados pelo plano ABC, no período compreendido entre 2011 e 2020, estão previstos recursos da ordem de R\$ 197 bilhões, financiados com fontes orçamentárias ou por meio de linhas de crédito. Segundo o secretário Caio Rocha, até junho desse ano, o Banco do Brasil tem disponível R\$ 3,2 bilhões para financiar os produtores que desejarem implantar a iLPF em suas terras. Desse total, até abril já haviam sido contratados R\$ 2,4 bilhões.

O plano ABC é composto por sete programas, seis deles referentes às tecnologias de mitigação e, ainda, um último com ações de adaptação às mudanças climáticas. São eles: Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas; Programa de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Programa de Sistema Plantio Direto (SPD); Programa de Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); Programa de Florestas Plantadas; Programa de Tratamento de Dejetos Animais; e Programa de Adaptação às Mudanças Climáticas.



“O Brasil é o país da ganância”

Setor público é a pedra no caminho e o agronegócio é o setor mais atingido

Por Hemely Cardoso



O professor Judas Tadeu Graci Mendes é pós-doutorado em economia e agribusiness pela Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, diretor-presidente da Estação Business School, em Curitiba, e acaba de lançar o livro “Agronegócio: uma abordagem econômica”, escrito em parceria com João Padilha Junior. Com sua

visão acadêmica e de mercado, o especialista ajuda a entender nesta entrevista ao BI os entraves do agronegócio brasileiro.

BI – Por que o agronegócio sofre tanto com a infraestrutura no Brasil?

Tadeu – Dos anos 60 aos 80, nenhum país do mundo cresceu tanto quanto o Brasil. Mas qual a diferença daqueles dias para hoje? Naquela época a gente

investia 25% do PIB e isso garantia desenvolvimento. De 80 pra cá se fala muito na década perdida, mas podemos dizer que perdidos foram os anos 80, 90, 2000 e hoje. É só ver os dois últimos anos quanto que nós crescemos. Por que se cresce pouco? Vou repetir: só investimento garante crescimento. O que aconteceu de 80 pra cá? Ganância pura. Eu vou citar exemplos que somam R\$ 600 bilhões. O governo federal paga mais de R\$ 200 bilhões de juros, a

folha do funcionalismo consome mais de R\$ 200 bilhões e máquina administrativa mais de R\$ 200 bilhões. Nós estamos falando de R\$ 600 bilhões anuais jogados, boa parte, no lixo. O montante para investir em infraestrutura não dá 1%. No passado governo investia 5% do PIB e o setor privado mais 20%... Eram 25% do PIB. Hoje são 18%. Temos que mudar o modelo que nós temos no Brasil: de ganância sem investimento.

BI – Qual a relação entre o modelo econômico e o político?

Tadeu – Aí é que tudo começa. Como nós estamos em uma democracia tudo tem que passar pelo Congresso e ninguém tá questionando isso. O problema todo está nos nossos políticos, no Legislativo, que fica brincando conosco. Qual é o problema número um do país? Chama-se setor público. Onde está o problema do setor público? Gasta mais do que arrecada. Então, é um problema de política fiscal, monetária e cambial. Vamos falar das três – e a agricultura é prejudicada nas três, sem dúvida.

Na fiscal, gasta-se mais do que se arrecada e não é porque arrecada pouco. Falamos de 36,5% do PIB, mas temos um sócio que é o governo. Mas quanto ele investe em infraestrutura? Só 1% e os 35,5% restantes são pura ganância. Depois vem a questão dos juros. Somos o único país do mundo que torra mais com juros do que com saúde, educação e infraestrutura juntos, num total



O que aconteceu de 80 pra cá? Ganância pura. Vou citar exemplos de R\$ 600 bilhões. O governo Federal paga R\$ 200 bilhões de juros, a Folha consome mais de R\$ 200 bilhões e máquina administrativa mais de R\$ 200 bilhões.

de R\$ 236 bilhões no ano passado. E por último vem o funcionalismo público, que tem estabilidade e não dá pra tirar. Vamos respeitar. Mas daqui pra frente, não pode ser como nos últimos 10 anos, quando o gasto com a folha subiu 8% acima da inflação na época do Lula. A máquina administrativa subiu 12% acima da inflação nesse período.

BI – Com tudo isso, qual cenário podemos esperar para o agronegócio do país?

Tadeu – O problema da agricultura brasileira não está dentro da porteira. Pega a soja e nós somos craques; pega frango e nós somos craques. No milho, porém, eu diria que metade é craque e metade não: uns ainda produzem 5 mil Kg por hectare, mas para ser craque precisa estar na casa dos 10 ou 11 mil kg. O que tem de melhor no Corn Belt americano (região especializada na

produção de milho) a gente tem aqui no Brasil. Onde o produtor brasileiro perde? Logo após a porteira, onde há os pedágios da vida, estradas esburacadas, os portos atrasados. Não existe investimento nenhum em infraestrutura e esse é o problema número a ser combatido.

BI – Por isso, há riscos ao

agronegócio brasileiro?

Tadeu – A China pode fazer guerra com qualquer país do mundo, mas jamais vai encarar o Brasil. Há mais de 20 anos 96 milhões

de hectares são cultivados por lá e eles não têm como expandir área. Milhões de pessoas que eram agricultores que estavam no meio rural estão indo para o meio urbano. São pessoas que de produtores viraram consumidores com mais renda, o que gera maior demanda por carnes e grãos. A China não tem outro caminho: é o único país do mundo que cada vez mais será dependente do Brasil no agronegócio.

Enquanto isso, a gente pode explorar o setor. Veja o Proálcool, por exemplo. Nós temos 150 milhões de hectares de pastagens e podemos destinar 20% dessa área para cana. O Brasil é o único país do mundo onde um hectare a mais de cana não é um hectare a menos de alimento. Então, o Brasil pode fazer um Proálcool para o mundo. Mas mesmo assim somos importadores de álcool. É de chorar, ver o Brasil importando álcool dos Estados Unidos, que é um álcool de



A China pode fazer guerra com qualquer país do mundo, mas jamais vai encarar o Brasil... É o único país do mundo que cada vez mais será dependente do Brasil no agronegócio.

milho. Porque nada é planejado, nada é pensado. Esse país é um país do 'migué'! Infelizmente, é tudo nas coxas, para ser bem claro.

BI – Sistematicamente o governo propaga investimentos em infraestrutura...

Tadeu – Mentiras em cima de mentiras: é uma coisa impressionante! A ferrovia Norte-Sul vai completar 30 anos e está lá inacabada. A transposição do Rio São Francisco tinha um custo inicial previsto de R\$ 2 bilhões, mas já torramos R\$ 5 bilhões. E o detalhe neste caso: 46% da obra estão prontos, mas, desse percentual, metade precisa ser refeita porque está rachando tudo.

BI - Mas o Lula disse que inaugurava 2008?

Tadeu – Sim, mas não precisamos ir longe para ver exemplos do descaso. Aqui no Paraná, no primeiro ano dele, não caiu aquela ponte entre Paraná e São

Paulo? Foi em janeiro, por causa da chuva. Em agosto, todos os escombros estavam intactos. O Japão foi atingido por um tsunami e, no mês seguinte, estava tudo refeito. Ficamos oito meses sem que ninguém mexesse nos escombros. Para refazer a ponte levou dois anos.

BI – Voltando ao campo: o senhor fala muito nas estratégias de comercialização. Como o produtor pode aproveitar as oportunidades de mercado?

Tadeu - Eu costumo dizer que a agricultura é mercado. E o que é mercado? É falar em oferta e demanda. E no caso da agricultura, a demanda já é uma condição natural do ser humano: precisamos comer. Nós somos insensíveis a preços... Não é porque o preço do feijão subiu ou o preço da batatinha diminuiu que vamos deixar de comer. Então, a curva de demanda é preguiçosa e cresce praticamente em cima do



Mentiras em cima de mentiras...

A transposição do Rio São Francisco tinha um custo inicial previsto de R\$ 2 bilhões, mas já torramos R\$ 5 bilhões.



crescimento vegetativo da população. O problema está aonde? O problema está na oferta. Ela é SDS – só Deus sabe. E é na época da supersafra, da colheita, que todo mundo fica sabendo que houve excesso de produção. Então aí é que vem o problema.

BI – Como fugir dessa imprevisibilidade?

Tadeu - Vejamos o exemplo do estado de Idaho, nos Estados Unidos. Lá, como antigamente tinha em Contenda, na Região Metropolitana de Curitiba, só tem batata. Teses e teses de doutorado mostram que naquele estado há a maior estabilidade de renda agrícola, mesmo vivendo só da batata. Como é que pode? Porque é muito simples, o excesso de oferta você processa. Você não compra batata nos Estados Unidos para descascar; tudo é industrializado. Então, a industrialização é o grande caminho: primeiro, para agregar valor e dar estabilidade na oferta e, depois, para não inundar o mercado. O estado de Idaho faz isso magistralmente. Nós não fazemos!

BI – Há outros caminhos?

Tadeu - Minha tese de doutorado nos Estados Unidos foi em cima de 14 estra-

O Brasil é o único país do mundo onde um hectare a mais de cana não é um hectare a menos de alimento. Então, o Brasil pode fazer um Proálcool para o mundo. Mas mesmo assim somos importadores de álcool.

tégias de comercialização da soja. Desde a mais simples, que é vender na época da colheita, quando o preço é baixo, até o uso do hedge (significa proteção ou cobertura). Vejamos a lógica estratégica do hedge: na colheita, a quantidade está dada e o custo está dado, concorda? Uma vez colhida a safra, o custo e a quantidade não mudam, só tem uma variável que pode afetar – o preço. Para isso eu tenho que me proteger fazendo hedge, porque, se o preço despencar, é 'um abraço pro gaiteiro'. Além disso, vendendo grãos ninguém fica rico; o negócio é agregar valor. Antes da Lei Kandir, o Brasil era o maior exportador de farelo. Quando zerou tudo, o Brasil voltou a ser o quê? Exportador só de grãos. E a dona China montou toda uma infraestrutura de esmagamento lá para nossa soja em grãos.

BI – O erro, então, está em não fomentar a industrialização?

Tadeu – Era para o Brasil adotar uma postura assim: ao exportar grãos, a taxa é 4,5%; se for farelo, não paga nada. Simples assim, para estimular o processamento e agregar valor aqui. Muito simples: qual é o faturamento de todas as propriedades rurais brasileiras? R\$ 300 bilhões. Quanto é tamanho do agronegócio brasileiro? Passa de R\$ 1 trilhão. Ou seja, o grande negócio está fora da porteira, não está dentro da porteira. Mas esse grande negócio sem os produtos agrícolas não existiria. O problema é que a pedra no nosso caminho se chama setor público. Enquanto não mudarmos isso, vamos ser sempre de terceira linha.

Preço mínimo do café é balde de água fria

Cafeicultores do PR calculam em R\$ 408,94/saca para cobrir os custos de produção



Cafezais podem desaparecer por causa do mercado

Após atrasos e mudanças de última hora, finalmente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou o preço mínimo para a produção cafeeira nacional: a saca do café arábica passa de R\$ 261,69 para R\$ 307,00, mas para o robusta houve a manutenção do valor de R\$ 156,57. A notícia caiu como um balde de água fria para os cafeicultores paranaenses, que esperavam um valor mínimo de R\$ 408,94 pela saca de café arábica para cobrir os custos de produção.

Na avaliação dos produtores, o preço estabelecido pelo governo está longe de salvar a atividade no estado. O presidente da Comissão de Cafeicultura da FAEP, Walter Ferreira Lima, explica que os cafeicultores paranaenses gastam, em média, 55% do valor da saca de 60 quilos com mão de obra. Como o piso salarial por aqui é de R\$ 882,59 – o mais alto do país –, ela se torna muito cara. Desde maio deste ano, houve um reajuste salarial de 12,69% (R\$ 783,20) que não

é considerado no levantamento de custos de produção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Entre maio de 2005 e abril de 2013, frente a uma inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) medida pelo IBGE em apenas 51% no período, o piso salarial do Paraná praticamente triplicou e foi reajustado em 194,19%.

Lima lembra que, na década de 90, com apenas uma saca de café o produtor conseguia pagar dois salários. Hoje, ele precisa de seis sacas para pagar a mesma quantidade. “O governo tem que tomar uma atitude, como estabelecer um preço mínimo de acordo com a realidade de cada estado. Com o valor de R\$ 307,00, não há produtor que consiga sobreviver nesse patamar”, critica.

Outro fator que contribui para aumentar os custos no Paraná é que a produção é de baixa escala devido ao tamanho das áreas, que têm uma média de oito hectares por propriedade. “Isso limita a nossa competitividade”, observa

Lima. Além disso, lembra ele, a atividade no estado ainda tem outras limitações que precisam ser equacionadas para viabilizar a cafeicultura paranaense, como a cobrança de impostos e melhoria no atendimento técnico dos produtores.

Lima explica que, como a área de café está encolhendo no Paraná, muitas empresas de comercialização do grão estão deixando o estado. Para ultrapassar essa barreira, o setor reivindica a isenção de ICMS para poder vender a outros estados e, assim, obter melhores preços para a produção. Outra reivindicação dos cafeicultores é um reforço na assistência técnica por parte do governo estadual. “Nós precisamos de uma assistência especializada, que atenda as necessidades dos pequenos produtores”, diz.

Ofício

Diante desse cenário, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ofício aos Ministérios da Agricultura e de Desenvolvimento Agrário (MDA), à Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e à bancada de deputados do Paraná na Câmara Federal, pedindo medidas urgentes de apoio à comercialização. O principal ponto reivindicado no documento é a adoção de preços de referência regionalizados para o café. Ou seja, levando em conta os custos de produção de cada estado.

No documento, foi solicitada, ainda, a intervenção imediata no mercado do café implantando o Programa de Opções Públicas de Venda. E, caso haja a manutenção do preço mínimo nacional do café arábica em R\$ 307,00, a entidade lembra, através do ofício, a necessidade da realização de leilões de Prêmio de Equalização Pago ao Produtor (PEPRO). “O uso do mecanismo deve garantir o prêmio pago ao produtor paranaense de R\$100,94 por saca de 60 kg, que, somado ao preço mínimo, deve totalizar os R\$408,94”, relatou Meneguette.

De acordo com levantamento da Seab, a saca de café é cotada atualmente a R\$ 277,48 e este valor é R\$ 131,46 menor que o custo de produção calculado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Como a expectativa é de uma produção de 1,82 milhão de sacas no Paraná em 2013, esse volume poderá significar uma perda econômica de R\$ 240 milhões aos 12 mil produtores estaduais – ou seja, R\$ 20 mil em média por cafeicultor – caso o governo federal não atenda o setor. Com esses custos de produção e os preços da saca há o risco de potencializar a erradicação por boa parte dos produtores.



O retrato da cafeicultura

A cafeicultura brasileira responde por 36% da produção mundial e por quase 30% do comércio internacional do produto. Do total que é produzido nos cafezais do país, 67% vão para o mercado externo, sendo que, no período de janeiro a março deste ano, o café representou 6,9% de todas as exportações do agronegócio brasileiro.

O retrato do setor faz parte do Informe Estatístico do Café, publicado mensalmente pelo Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Spae/Mapa). O consumo interno brasileiro gira em torno de 19 milhões de sacas de 60 kg de café.

No Paraná, segundo levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura, o mercado de café movimentou R\$ 753, 87 milhões em 2011. O número representa 1,49% no Valor Bruto de Produção (VPB) no estado. Nos últimos 12 anos, a área de café diminuiu 50% no Paraná: até 2000, os cafezais somavam 163.900 hectares, enquanto no ano passado encolheu para 83.200 hectares.

A atividade envolve 12 mil produtores paranaenses e as lavouras se concentram nas regiões Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste. A primeira registra a maior área de plantio com 29.817 hectares. Durante anos a região Norte foi o eldorado do café, mas depois da geada negra, em 1975, e problemas com mão de obra e aumento nos custos de produção reduziram as lavouras da região. Hoje, segundo dados do Deral, a região possui somente 56 mil hectares cultivados com café.

Quando e quem vai desocupar as áreas invadidas?

Manifesto nas mãos da presidente Dilma Rousseff, em Cascavel, durante a abertura do Show Rural, em 4 de fevereiro. Reunião de evasivas no Palácio do Planalto com a paranaense Gleisi Hoffmann, ministra da Casa Civil; vaia de produtores à presidente em Campo Grande (MS). Idas e vindas e pouca coisa foi resolvida em Brasília para equacionar a questão indígena

Com Cynthia Calderon, de Brasília





Cansados de esperar alguma atitude do governo federal para controlar o desvario da Funai em iniciar a demarcação de terras produtivas, principalmente de pequenos proprietários, como acontece no Paraná, as produtores abriram as porteiras e tomaram o rumo de Brasília.

Vindos de vários estados, cerca de 2 mil produtores rurais deram uma demonstração de seu descontentamento com as irracionalidades que vem sendo cometidas repetidamente pela Funai, que estimula invasões e acoberta ONGs com as mesmas intenções. Para dar um basta, a Comissão de Agricultura da Câmara Federal convocou a ministra paranaense Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, para explicações. Mas ela não explicou.

“Delegamos única e exclusivamente à Funai a responsabilidade por estudos e demarcação de terras. Nem sempre estabelecemos procedimentos claros e objetivos nesse processo”, disse ela na manhã de quarta feira, 8, quando compareceu à sessão da Comissão de Agricultura. Ou seja, reconheceu que realmente o governo não tem o controle do órgão que trata dos indígenas no país. Não só isso, questionou a própria Constituição.

“A Constituição Brasileira foi feita em 1988; se ela fosse clara e cristalina nós não estaríamos vivendo esta situação. E isto é porque há interpretações diferenciadas: interpretações feitas nessa casa, interpretações feitas no Judiciário, interpretações feitas pela Funai”, declarou Gleisi. No mínimo uma afirmação temerária, intempestiva.

Vale lembrar que o artigo 231 da Constituição estipula o seguinte: “São reconhecidos aos índios sua organização social,

costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. O verbo está no presente “ocupam”.

Frente aos seus próprios desencontros, o governo, às vésperas da presença da ministra na Comissão de Agricultura, recorreu a levantamentos da Embrapa para pedir ao Ministério da Justiça a “suspensão” da demarcação de 15 pontos do território estadual para demarcá-los como reservas indígenas, principalmente nos municípios de Terra Roxa e Guaíra – e que coincidem com propriedades agrícolas produtivas e colonizadas há década. Como tratou só do problema no Paraná, ela irritou os representantes de outros estados.

A explicação para a suspensão veio na entrevista que Gleisi concedeu ao jornal “Gazeta do Povo”, de Curitiba, explicando que o documento da Embrapa e outros levantamentos, incluindo imagens de satélite, “concluíram que a presença de índios nos locais de estudo é recente ou até inexistente. A presença mais antiga data de 1990, em uma área chamada de Tekoha Porá, que reúne índios vindos de Naviraí (MS) e constitui uma aldeia inserida na malha urbana de Guaíra. A maioria sobrevive com Bolsa Família e cesta básica”.

Durante mais de seis horas, diante de um plenário de parlamentares, produtores, índios e dezenas de repórteres, ela tentou se equilibrar em explicações sobre futuros estudos, avaliações e grupos de trabalho que o governo pretende fazer. E faltou a principal questão: “as áreas invadidas pelos índios serão desocupadas”?

A Portaria 303

A Portaria 303, de julho de 2012, da Advocacia Geral da União (AGU), uniformizou os procedimentos de demarcações de terras indígenas, conforme voto proferido no caso de Raposa Serra do Sol, em 2008, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Meneses Direito, falecido em 2009. A medida permitia instalações militares e empreendimentos hidrelétricos, minerais e viários em terras indígenas, além de prever a revisão dos territórios já demarcados e homologados.

A portaria na verdade colocava áreas indígenas sob o domínio da lei que rege todos os brasileiros. Mas em setembro do ano passado, a AGU se curvou à pressão da Funai e ONGs, e emitiu uma nova portaria, a 415, marcando o começo da vigência para a data em que o STF publicar o acórdão sobre os embargos

A PEC 215

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 retira o poder da Funai e do Poder Executivo o direito de promover a demarcação das reservas no país. Segundo a proposta, a fundação permanece com o papel de fazer o levantamento das áreas a serem demarcadas, mas o decreto de demarcação só pode ocorrer depois da aprovação pelo Congresso da proposta.

Há uma Comissão Especial do Congresso analisando esta PEC.

O deputado mineiro Nilson Leitão, componente desta Comissão, cita o caso em que, “com apenas uma canetada”, a presidente Dilma Rousseff disponibilizou 1,54 milhão de hectares para apenas 90 índios. Ele se refere ao decreto de homologação da Terra Indígena Kayabi, nos municípios de Apiacás (MT) e Jacareacanga (PA). “No Mato Grosso, para se ter uma ideia, uma família de xavantes tem em média 25 mil hectares de terra, ao passo que um assentado tem direito a pouco mais de 50 hectares por família.”

- Do deputado Luiz Henrique Mandetta (MS): “A ministra pediu ao Ministério da Justiça, na terça-feira (07), a suspensão dos processos no seu Estado (Paraná), onde os estudos (para demarcação) começaram há seis meses; em Mato Grosso do Sul, existem desde 2008. Se pediu para o Paraná, que peçam a suspensão para Mato Grosso do Sul e para o Brasil inteiro”, enfatizou, alegando o direito à isonomia e fazendo menção ao risco do país perder o controle sobre a aftosa com a criação de aldeias nas áreas fronteiriças.

- O deputado Wilson Covatti (RS) radicalizou. Ficou de pé, apontou o dedo para Gleisi e, aos gritos, disse que as demarcações só avançarão “se for por cima do meu cadáver”.

Heinze: “Congresso e Palácio são terras indígenas?”



“Vamos continuar insistindo nessa portaria. Precisamos dela para coibir esses abusos que nós estamos vendo em todo o Brasil. Abusos que partem dos órgãos competentes, que começa na Funai e termina no gabinete da Presidência da República”, criticou o deputado Luiz Carlos Heinze (RS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. Ele disse que o maior interesse dos grupos que defendem os índios no Brasil “são as reservas minerais brasileiras”.

Heinze criticou o que chamou de recuo do governo e do presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), diante de pressões dos índios. Segundo ele, quando o Supremo decidiu em relação à Raposa Serra do Sol, colocou um freio nos desmandos que estavam sendo feitos em relação às demarcações. Aí o Executivo baixou a portaria 303 com regras para as demais demarcações, mas os índios ameaçaram se suicidar e o governo suspendeu os efeitos da portaria.

Na Câmara, disse Heinze, os índios pressionaram, invadiram até o plenário (18.04 – BI 1213) e Henrique Alves recuou da decisão de criar a comissão especial para analisar o

mérito da PEC 215 que transfere do Executivo para o Congresso a competência pela demarcação de terras indígenas.

- Queremos a comissão especial da PEC 215. Vamos fazer a CPI da Funai para mostrar os escândalos dos laudos antropológicos fraudulentos ao Brasil e ao mundo. Essa casa e o Executivo tem que fazer sua parte, não podemos ceder a esse tipo de pressão. Não pode proteger determinados povos e fazer com que os agricultores sejam expulsos de suas terras – disse Heinze, acrescentando:

- Se querem desapropriar terras, comprem terra e deem para quem quiser. Queremos a portaria 303 restabelecida, que pode ser republicada e vai botar um freio. Não adianta a Embrapa. O Supremo já deu regras claras, esses índios não estavam em cima da terra em 1988 e as posses não têm valor nenhum. A Funai faz laudo dizendo que é posse imemorial. Assim, qualquer lugar que estamos, seja aqui no Congresso, no Planalto, é terra indígena.

Em Brasília os parlamentares da bancada da Frente Parlamentar da Agropecuária pediram a republicação da Portaria 303.

Opiniões



- O deputado **Abelardo Lupion** (PR) quer a CPI da Funai, a instalação da PEC 215 e a republicação da Portaria 303. O país virou uma bagunça, o governo não tem o mínimo controle sobre a Funai. Tem um monte de mal-intencionado em cima disso: as ONGs estão mandando dentro da Funai e nós não aceitamos que o produtor rural pague essa conta. Estamos vendo produtores com mais de 100 anos de titulação de suas terras sendo afetados. Que se cumpra a Constituição! O governo perdeu o controle da economia, da segurança e precisamos dar um basta nessa questão indígena porque afeta a segurança jurídica do país.



- **Dilceu Sperafico** (PR) participou de diversas reuniões promovidas em Guaira, Terra Roxa, Mercedes e Marechal Cândido Rondon para encontrar uma solução, em conjunto com as comunidades afetadas com as invasões indígenas. O parlamentar reforçou que os agricultores não podem se sentir ameaçados e nem expulsos de suas propriedades como vem acontecendo, isso é um absurdo e beira a anarquia. “A Funai patrocina índios paraguaios e bolivianos para invadir áreas em Guaira e Terra Roxa”, disse na sessão da Comissão de Agricultura.



- O diretor Financeiro da FAEP, **João Luiz Rodrigues Biscaia**, acompanhou em Brasília o batalhão de produtores rurais paranaenses que foi acompanhar a audiência da ministra Gleisi Hoffmann. Ele esteve na noite de terça-feira (7) num encontro com a ministra no Palácio do Planalto e, em entrevistas concedidas no dia seguinte, alertou:

- A suspensão da demarcação de terras no Paraná e a análise da Embrapa são o primeiro ato concreto do governo, pois colocaram um órgão de respeito para dizer o que ocorre no Paraná. Hoje provamos ao governo que a situação é preocupante. Estamos com quase 2 mil produtores de diversos estados que são brasileiros. Não somos contra índios, o que queremos é que o governo cumpra o que a Constituição determina... Nada mais!

Giacobo entre índios e deputados



Representantes dos produtores e índios estavam presentes à audiência pública, mas para evitar tumulto, a presença foi limitada. Mas diante de críticas feitas pelo deputado Heinze aos laudos antropológicos, dizendo que muitos deles são fraudulentos, os índios que estavam na comissão resolveram reagir, fazendo barulho com chocalhos. O presidente da comissão, Fernando Giacobo (PR), avisou que não era possível aceitar manifestações e alguns índios bateram boca com deputados. “Nós somos brasileiros, vocês não”, disse um dos índios, provocando reação dos deputados que chegaram a dizer que eram falsos índios.

O presidente da comissão reagiu:

“Quem quiser gritar, grite lá fora, aqui dentro não”, ordenou, sendo aplaudido pelos representantes dos produtores rurais que estavam no local. Mas também avisou: “Não pedi aplauso também”!

Sigilo quebrado

O presidente da Comissão de Agricultura, Luis Carlos Heinze, na noite anterior à apresentação da ministra Gleisi Hoffmann na Comissão, convocou uma reunião. Nela seria estabelecida a estratégia a ser utilizada no debate sobre as

invasões. Heinze, porém, percebeu que as informações dessa reunião, meia hora depois de serem tratadas “sigilosamente”, já estavam na Casa Civil. Essa constatação ocorreu devido à proibição de apresentação de vídeos na presença da ministra, um deles mostrando a tentativa de diálogo de um produtor de Douradina (MS), morto em seguida por índios.

Os deputados Heinze, Duarte Nogueira (SP), Valdir Colatto (SC) e Domingos Sávio (MG) foram os autores da convocação da ministra da Casa Civil.

Barrados na porta

Apenas em cima da hora (às 10 da manhã) foi liberada a entrada dos produtores ao Anexo da Câmara Federal, onde está localizada o pequeno plenário das Comissões. Para presenciar a audiência com Gleisi foram liberadas 20 senhas e outras 20 para assistir por telão numa galeria próxima. Diante das dificuldades em se escolher quem receberia as senhas, optou-se pelos presidentes de Núcleos, sindicatos e produtores com áreas invadidas. O resto do pessoal ficou no gramado, diante do prédio da Câmara, numa tenda com um telão que pifou e só funcionou à tarde com imagens do Canal Rural.

Pãezinhos de queijo



Gleisi comeu pãezinhos de queijo e água para quebrar o jejum durante seu debate de mais de seis horas. Não levantou um só momento. Vestia um conjunto rosa e colar de pérolas. Leu um discurso com frases de efeito enaltecendo a agricultura, reforçando ser paranaense, de um estado produtor e usou a metade da meia hora prevista. Não entrou no mérito da questão – a legalidade ou não das demarcações.

Direitos adquiridos?



O ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse na quarta-feira (8) que é contrário a qualquer mudança constitucional que transfira a responsabilidade do Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcação das terras indígenas. A alteração é parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que tramita na Câmara dos Deputados. Carvalho disse que esse é um tema que trata de direitos adquiridos historicamente pelas nações indígenas. Ele acrescentou que “é necessário dar aos índios as condições adequadas de vida, que permitam a cultura e o meio de sustentação escolhido por cada nação indígena”. Carvalho está no governo Lula e Dilma desde 2003 e, pelas suas palavras, a Funai e, por consequência, o governo ainda não acharam o meio de sustentação de cada nação indígena.

Serra do Sol

Deputados da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia estiveram, em 15 de abril, na reserva indígena Raposa Serra do Sol, de onde, há quatro anos, foram expulsos os produtores rurais. No trajeto de mais de 500 km, não encontraram nenhuma plantação. Foram vistas várias pequenas comunidades indígenas, com cerca de duas ou três casas cada uma, separadas por distâncias que variam de aproximadamente um a dez quilômetros. A maior comunidade tinha dez casas, sendo que no local havia cerca de 20 índios, informou a Comissão à Agência Câmara de Notícias.

Segundo os deputados, a demarcação da reserva e a expulsão dos não índios, em março de 2009, foi um desastre para a economia do estado, para os fazendeiros e até para os índios. Muitos deles trabalhavam nas fazendas e, após a demarcação, foram morar em Boa Vista. Outros continuam lá, mas vivendo com renda de programas sociais, por não terem condições de se autossustentarem. Muitos eram casados com brancos e optaram

em sair para não se separar dos cônjuges e filhos, que foram obrigados a sair da reserva.

Os parlamentares sabem que a reserva é irreversível, mas querem que sirva de exemplo para barrar demarcações em outros estados. Para eles, a demarcação de terras indígenas no Brasil atingiu o limite. O presidente da Comissão de Integração Nacional, deputado Jerônimo Goergen (RS), disse que 1/3 das terras agricultáveis no Brasil estão demarcadas ou em processo de demarcação, por terem sido consideradas áreas indígenas ou quilombolas. O deputado afirmou que a Amazônia, hoje, já está tomada por áreas indígenas e, por isso, a “indústria das demarcações se voltou para o Centro-Oeste e o Sul”. Quase metade do estado de Roraima, por exemplo, é ocupado pelas reservas Raposa Serra do Sol, Yanomami e São Marcos.

Suiá-Missú e MS

A desocupação dos 165 mil hectares que compõem a gleba Suiá-Missú, no município de São Feliz do Araguaia (MT), teve início em dezembro do ano passado, e mais de 7 mil famílias deixaram a região. Durante este processo, os pequenos produtores se recusaram a deixar o local – situação que terminou em troca de tiros entre a Força Nacional e produtores rurais, deixando algumas pessoas feridas. A retirada se deu, primeiramente, pelos fazendeiros com grandes propriedades; seguidos pelos pequenos e logo após os moradores de Posto da Mata. A desocupação se encerrou no dia 4 de janeiro. O Jornal da Band (<http://www.questaoidigena.org/2013/05/jornal-da-band-mostra-do-drama-dos.html?showComment=1368018363611>) mostrou o desespero dos produtores desalojados na última semana.

No Mato Grosso do Sul, 28 municípios são alvo de demarcação de terras indígenas. A Funai entrou com processo para reivindicar uma área que chega a 1/3 do Estado, o que pode desalojar cerca de 100 mil famílias.



A luta Continua

“A Funai não está preparada, não tem critérios claros para fazer gestão de conflito, não tem capacidade para mediação”, disse Gleisi que, porém, ressaltou ser “errado dizer que a Funai é criminosa”. (Dos jornais sobre na convocação da Ministra da Casa Civil, na Câmara Federal, em 08.05)



Na segunda quinzena do mês passado, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, reuniu-se com líderes sindicais do Oeste do Paraná, em Toledo, para pedir a união dos produtores no enfrentamento da questão das invasões indígenas no estado.

“É preciso uma forte união de todas as lideranças e pressão – muita pressão – sobre nossos parlamentares e ministros paranaenses para obrigar o Governo Federal a tomar providências concretas e enérgicas para acabar com esses abusos”, afirmou ele naquela ocasião.

A boa oportunidade se abriria na audiência pública, aprovada pelo Congresso, para ouvir autoridades. “Temos quer ter voz nesta ocasião”, disse. “É a oportunidade para apresentar provas e argumentos contra os desmandos da

Funai. Demonstrar com comprovações antropológicas – que já devem existir, mas que não sejam aquelas levantadas pela Funai – que os indígenas já deixaram esta área há muito tempo. Em suma, cobrar ação do Governo Federal”.

Os deputados e senadores – que podem interferir no processo – do Paraná e outros estado precisariam ter plena consciência do que seria tratado para defender com eficiência e eficácia nossas posições. “O que é preciso é acabar logo com essa bagunça e com essa insegurança. Com todas essas ameaças ainda querem que o produtor tenha paz para produzir”, defendeu Meneguette.

Para a sessão de convocação da ministra Gleisi Hoffmann pela Comissão de Agricultura, a FAEP municiou os parlamentares paranaenses com uma alentada argumentação

jurídica, baseada na Constituição Federal. Paralelamente, a entidade mobilizou cerca de 500 produtores rurais das regiões Oeste, Sudoeste e Norte, que foram a Brasília formando um grupo de pressão para mostrar à ministra e ao governo que a lei neste país deve ser cumprida.

Afinal, lembrou o presidente da FAEP: “Os índios, assim como os ‘sem terras’, são gente pobre utilizada por uma camarilha ideológica que não está nem aí para a situação deles. Querem, porque querem, azucrinar a sociedade em nome de ideologias fora de moda e que não levam a nada, a não ser a manutenção da pobreza daqueles que eles alegam defender. Pura fantasia”.

O retrato do descaso em Brasília com a questão das demarcações pode ser identificado analisando-se alguns fatos:

- Em primeiro lugar, na ocasião, a representante do Governo Federal alegou que os decretos de demarcações de áreas indígenas já chegam como “fato consumado” à mesa da Presidente da República.

- Como o presidente da Funai é nomeado pela presidente da República, deve lealdade a ela. Se este funcionário público não está cumprindo as determinações superiores, a presidente tem o poder e a obrigação de demitilo.

- Ela tem também poderes para remover da região aqueles funcionários que estão tumultuando o processo, mas que até agora parecem continuar acomodados por aqui.

- Cabe ao governo federal cancelar estes estudos e todo resto do processo até que sejam apuradas as suas falhas e até que o Supremo Tribunal Federal dê a conhecer em detalhes a sua decisão sobre as demarcações de áreas indígenas em todo país.

- É preciso colocar ordem em tudo isso. Atender ao incisivo e esclarecedor pronunciamento do prefeito de Guairá, que mostrou na reunião da Casa Civil os desmandos da Funai e os perigos que a invasão representa para os produtores do Oeste.

- O que se constata são fatos consumados: funcionários da Funai fazendo o que querem, o ministro da Justiça aparentemente alheio e a presidente da República fora do processo.

- Querem fim do direito de propriedade? Afinal, quem tem poderes para resolver o problema não está fazendo o que é preciso.

- É bom lembrar do famigerado decreto 7.037 de 21 de dezembro de 2009 do governo anterior (por sinal assinado na véspera do Natal para passar despercebido da imprensa e da opinião pública) que versava sobre Direitos Humanos.

- Este decreto absurdo preconizava – entre outras

tantas bobagens – que, para conceder reintegração de posse de terra ou imóvel invadido, o juiz deveria convocar uma audiência com a participação do proprietário invadido, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos invasores.

- Naquela ocasião, a FAEP e muitas outras instituições se manifestaram taxativamente contra essa tentativa de esbulho e o governo recuou, até porque as eleições estavam próximas. Recuou, mas não desistiu.

- Em última análise, se os índios ou “sem terras” invadirem propriedades no Oeste ou em qualquer outro lugar do país, o juiz não poderá mais ordenar a reintegração de posse liminarmente. Terá que ouvir as partes envolvidas – os invasores principalmente – o Ministério Público e sabe-se lá mais quem... E o proprietário em minoria.

- Avaliem o perigo que todos nós estamos correndo, até porque invasão não é só de terra, pode ser de imóvel urbano.

- Mas nós não temos a caneta e nem a voz para dar as ordens. Isso é com o governo federal. Dele é a obrigação de resolver o problema.

É preciso continuar com uma forte união de todas as lideranças e pressão – muita pressão - sobre nossos parlamentares e ministros paranaenses para obrigar o governo federal a tomar providências concretas e enérgicas para acabar com esses abusos.



Chega de Invasões

O apoio inequívoco dos sindicatos rurais à mobilização promovida pela FAEP foi fundamental na mobilização dos 500 produtores paranaenses que enfrentaram muita estrada para alcançar o Planalto Central. Em Brasília demonstraram a insatisfação com o descontrole do governo sobre a Funai. Esse batalhão se somou a outros vindos dos demais estados, principalmente do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, numa formação de cerca de 2 mil produtores





Intercâmbio de informações I

As estratégias da Universidade Aberta de Lisboa (UAb) podem ser incorporadas à metodologia da Educação à Distância (Ead) do SENAR-PR. O tema esteve em pauta durante a visita que a coordenadora de mestrado da UAb, Lúcia Amante, fez à sede da entidade em Curitiba no início de maio. Na ocasião, a professora portuguesa foi recebida por Patrícia Lupion Torres, assessora técnica do SENAR-PR.

Durante o encontro com os técnicos do SENAR-PR, Lúcia Amante apresentou o modelo de ensino à distância adotado pela UAb, que há 25 anos trabalha com essa modalidade de ensino. Hoje, são oferecidos 16 cursos nas áreas de educação, ciências sociais, humanas e exatas, entre outras, para um público acima de 21 anos.

Intercâmbio de informações II

A professora explicou que, antes de o aluno iniciar o curso online, ele é inserido num módulo de inclusão digital, no qual vivencia experiências com chats, salas virtuais etc., ganhando familiaridade com o mundo digital. “Nós observamos que nossos alunos começaram os cursos sem ter um computador ou uma conta de e-mail, por exemplo. Hoje estão imersos no meio digital e passaram até a investir em equipamentos”.

Na avaliação da assessora do SENAR-PR, o método utilizado na UAb possui alguns pontos em comum com a metodologia aplicada aqui. “Nós também trabalhamos com a inclusão digital do aluno e, como é feito lá, fazemos um planejamento do curso e uma ambientação na plataforma virtual. Estamos caminhando numa discussão para incorporarmos novas ideias”, disse.



Brasileiro assume OMC



O embaixador brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo, de 55 anos, assumirá o comando da Organização Mundial de Comércio (OMC) após vencer a eleição contra o mexicano Herminio Blanco na semana passada. A posse do novo diretor-geral será em 31 de agosto e o primeiro desafio será ressuscitar a Rodada de Doha, que reúne todos

os países envolvidos com o comércio internacional para tratar de regras de exportação e importação entre eles.

Os debates estão paralisados desde 2008 devido a falta de consenso entre os países ricos e aqueles em desenvolvimento, principalmente em relação aos produtos agrícolas. Há uma expectativa que os temas sobre subsídios aos produtores nos EUA e Europa possam ser resolvidos, o que beneficiaria a venda externa das commodities do Brasil, como algodão e etanol.

Novo clone bovino

“Brasília” é o nome de batismo do sexto clone de bovinos produzido no Brasil e o segundo por pesquisadores da Embrapa. A bezerrinha guzerá nasceu em abril pesando 35 quilos e o grande diferencial no experimento é que a clonagem foi feita a partir de uma célula de gordura. Segundo a Embrapa, o animal é saudável e evolui normalmente, diferentemente de testes com outros métodos de clonagem.

A bezerra é fruto de um estudo iniciado há quatro anos pelo pesquisador Carlos Frederico Martins. “Vamos continuar pesquisando esses tipos de células. Queremos futuramente clonar animais transgênicos para a produção de proteínas de interesse humano, como a insulina ou fatores de coagulação humana, que possam ser liberadas a partir do leite bovino”, explicou ele sobre o trabalho.



Seguro rural é ampliado no PR

Lista de culturas com cobertura cresce de três para 29 na safra 2013/14



Fruticultura é um dos segmentos beneficiados com a ampliação do seguro

Atendendo a uma reivindicação conjunta da FAEP, da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e Federação Nacional de Seguros (Fenseg), o governo do Paraná está ampliando o programa de seguro rural com subsídio estadual. O rol de culturas que podem ser seguradas passa de três para 29 a partir da safra 2013/14, permitindo que um maior número de agricultores paranaenses possa ter a redução dos custos de contratação do seguro rural.

No ano passado, técnicos das três entidades estiveram reunidos com representantes da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) para diagnosticar as oportunidades e dificuldades do seguro no Paraná. Como resultado dos encontros foi elaborado um estudo demonstrando os altos custos para os produtores na hora de contratar a proteção e a necessidade de ampliar o número de culturas passíveis de cobertura.

O documento foi encaminhado pelos presidentes da FAEP, Ágide Meneguette, da Ocepar, João Paulo Koslowski e pelo diretor da Fenseg, Neival Freitas, ao secretário estadual

de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, contendo sugestões para alocação de recursos.

Um ponto destacado no estudo foi justamente a possibilidade de aproveitar o dinheiro não usado pelas culturas até então cobertas (milho safrinha, café e trigo) para ampliar o número de produtores beneficiados com o programa de seguro rural estadual. Na época foi constatado que o seguro para o milho safrinha, por exemplo, poderia utilizar menos de R\$ 5 milhões do total de R\$ 8,2 milhões disponibilizados pelo governo do Paraná em 2013. Assim, os R\$ 3,2 milhões restantes poderiam ser utilizados para aumentar o universo de atendimento de 1.600 para 6 a 8 mil produtores.

Novidades

Agora, com a ampliação de culturas, o governo do Paraná disponibilizou um orçamento de R\$ 6,4 milhões para dar suporte às futuras contratações, que terão um limite de R\$ 4,8

mil por cultura ou beneficiário. Segundo o secretário Ortigara, o programa de seguro rural estará pronto para operar já neste ano, com estimativa para o mês de setembro. Ele lembra que o objetivo é melhorar as condições de produção, a qualidade dos produtos amparados e a margem de renda dos produtores, considerando que a subvenção estadual reduz em parte os gastos com a contratação de seguro rural.

Além da ampliação de culturas, o programa para a próxima safra também traz novidades, como é o caso de culturas irrigadas. Para o produtor que utilizar o sistema de irrigação vinculado ao Programa de Irrigação Noturna (PIN), o valor da subvenção pode dobrar. Outro avanço do programa é a possibilidade de credenciamento das seguradoras por até 60 meses, pois, anteriormente, o prazo era de apenas um ano, gerando burocracia e lentidão nas renovações anuais dos contratos com a Seab, responsável pela Coordenação Estadual, e com a Fomento Paraná, responsável pela gestão financeira.

Conforme explica o secretário da Agricultura, essas alterações fazem parte de uma iniciativa de modernização e celeridade aos mecanismos de proteção ao agricultor paranaense. “O valor investido no seguro agrícola é uma ferramenta importante para garantir que agricultura paranaense continue crescendo. Além de diminuir o risco de prejuízo em função de mudanças climáticas, o recurso diminui o custo de produção dos agricultores”, afirmou.

Apoio

Até 2011, a subvenção ao prêmio de seguro rural amparava apenas o milho da segunda safra, o trigo nas modalidades sequeiro e irrigado e o café. Agora, está sendo ampliada para amparar mais 26 culturas - abacaxi, algodão, alho, arroz, batata, cebola, cevada, feijão de primeira e segunda safra, tomate, ameixa, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, maçã, melancia,

morango, nectarina, pera, pêssego, tangerina, uva e floresta cultivada, além da pecuária.

As regras da subvenção ao prêmio do seguro rural variam de acordo com a cultura. O governo do Estado subvenciona 50% do que cabe ao produtor. No caso do milho da segunda safra, trigo e demais grãos, o governo federal paga até 70% do valor do prêmio e o governo do Estado arca com 15% do valor do prêmio, ou seja, metade do que compete ao produtor pagar. No café, o governo federal paga 40% e o Governo do Estado contribui com 30%, restando ao produtor pagar 30%. Nas frutas, o governo federal paga 60% e o governo do Estado arca com 20%, restando ao produtor complementar com 20% do valor do prêmio.

O Programa de Subvenção foi criado em 2009 e vem passando por ajustes que visam modernizar esse importante instrumento para minimizar os riscos para os produtores. Os recursos para subvenção são oriundos do Tesouro do Estado, alocados no Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), gerenciado pela Fomento Paraná.

Comitê

A Seab criou no início de maio o Comitê Gestor do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural, composta por representantes de órgãos estaduais como a Secretaria do Planejamento e a Agência de Fomento. Integram ainda o comitê instituições representativas dos produtores como a FAEP.

Na primeira reunião do comitê foram discutidas e aprovadas as propostas de alteração das normas do programa, que vão permitir acelerar o pagamento efetivo dos benefícios da subvenção aos produtores rurais. Ente elas, o novo fluxo operacional onde a contratação do seguro e o pagamento da subvenção devem ocorrer em sintonia com o calendário agrícola estabelecido pelo Ministério da Agricultura.



Maior número de produtores terá sua produção protegida contra pragas e clima

ASSIS CHATEAUBRIAND/TUPÃSSI



JAA

O Sindicato Rural Patronal de Assis Chateaubriand está realizando no município de Tupãssi – sua extensão de base, dois Programas Jovem Agricultor Aprendiz - JAA. O Programa acontece entre 4 de abril e 8 de agosto, em parceria com as Escolas Vinícius de Moraes e Pedro Fávoro, além da Prefeitura Municipal de Tupãssi (pelo CRAS), SENAR-PR e Sindicato Rural. São 34 participantes, que estão recebendo informações sobre oportunidades no campo, qualificação profissional, visão empresarial e capacitação empreendedora.

SÃO MIGUEL DO CAMBUÍ



Culinária básica

O Sindicato Rural de Marialva realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos - Culinária Básica no Distrito São Miguel do Cambuí, entre os dias 13 e 14 de março. A instrutora da turma de 16 produtoras e trabalhadoras rurais foi Celeste de Oliveira Mello.

FRANCISCO BELTRÃO



Posse

Em 5 de abril, foi empossada a diretoria do Sindicato Rural de Francisco Beltrão. Foram eleitos: presidente Leonardo Mazzon Garcia; Simão Severino Minetti Flores, vice-presidente; Dilvana Munaretto, secretária, e Leocínio Brufatti como tesoureiro. O mandato dessa diretoria se estende até abril de 2016.

ASTORGA



VIII Festa Bola na Rede

Solidariedade, esporte e diversão marcaram a 8ª Festa Bola na Rede, ocorrida no dia 21 de abril em Astorga. Promovida pela Rede de Combate ao Câncer (regional Astorga), Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) e com apoio do Sindicato Rural de Astorga, a festa serviu para angariar recursos para a Rede de Combate ao Câncer. Além de atividades desportivas, recreativas e show de prêmios com participação exclusiva das mulheres, o evento teve sua parte gastronômica com churrasco, salgados, doces e bebidas.

CASCAVEL



JAA

Em 15 de abril, o Sindicato Rural de Cascavel, em parceria com os Colégios Estaduais Campo São João e Octávio Tozo, iniciou mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). As aulas estão sendo realizadas na Agrotec e se prolongarão até julho. O curso é dirigido aos filhos de agricultores com idade entre 14 a 17 anos e a instrutora do grupo é Giani Dranka Mori. O objetivo do curso é ampliar o horizonte dos jovens agricultores, mostrando que a atividade rural é uma importante opção profissional.

SÃO JOÃO DO TRIUNFO



Mulher Atual

O Sindicato Rural de São João do Triunfo ofereceu o curso Gestão de Pessoas - Mulher Atual. As aulas aconteceram no período de 22 de janeiro a 9 de abril, contando com a presença de produtoras e trabalhadoras rurais mulheres da comunidade local. Os encontros foram realizados no salão paroquial da Igreja Matriz com a instrutora Caren Kelli Jenczmionki.

LAPA



Cultivo de grãos

Na comunidade de Pedrinhas foi realizado, em 21 e 22 de fevereiro, o curso Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - Manejo de doenças, numa iniciativa do Sindicato Rural da Lapa. O instrutor foi Eder Paulo Arrabal Arias, que orientou a turma de 13 produtores e trabalhadores rurais.

TIBAGI



Rédeas

O Sindicato Rural de Tibagi e o SENAR-PR promoveram o curso de Trabalhador na Equideocultura – rédeas, com carga horária de 40 horas. As aulas práticas aconteceram no Centro de Eventos Horto Florestal entre 8 e 12 de abril. O curso teve o objetivo de empregar técnicas corretas para a execução do trabalho de rédeas em equinos. A turma composta por 15 produtores e trabalhadores, e teve como instrutor Fábio Milano e seu auxiliar Antônio Carlos Guilherme.

Napoleão e a margarina



Quem diria! Napoleão ofereceu um prêmio, em 1869, para quem descobrisse um produto semelhante à manteiga, que fosse facilmente conservado e tivesse preços mais razoáveis. Hippolyte de Mège Mouriés conseguiu produzir uma nova

gordura que seria a base da margarina. A primeira fábrica de margarina, porém, apareceu na Holanda no ano de 1871. A partir daí a Europa passou a consumir o produto, mesmo quando a manteiga retornou com abundância ao mercado.

Fácil, fácil

Se você atua na área da suinocultura, avicultura ou bovino-cultura leia rápido essa palavra (a maior no idioma alemão): Rindfleischetikettierungsüberwachungsaufgabenübertragungsgesetz. Conseguiu? Parabéns. Significa “lei sobre a delegação das obrigações de vigilância sobre a identificação da carne”. Agora, se você está pensando em negócios com os russos, decore:

Доброе утро. Как ваши дела? (Bom dia. Como estão as coisas?).

Хорошо, спасибо. А как вы? (Bem, obrigado. E você?).

Gato aparelhado

Agentes do presídio Desembargador Luiz de Oliveira de Souza, em Arapiraca, no interior de Alagoas, impediram que um gato entrasse na prisão na madrugada de 31 de dezembro de 2010. O felino tinha preso ao corpo duas serras, duas brocas para concreto, um fone de ouvido, um cartão de memória, um celular, três baterias e um carregador. O gato foi solto, seu contratante continuou engaiolado.



Titicaca

O Lago Titicaca está situado a mais de 3.800 metros de altura, no planalto que se estende da Bolívia ao Peru. É o lago navegável mais alto do planeta e também muito rico em peixes. Calcula-se em 300 mil o número de índios que se alimentam dos peixes pescados em suas águas...

Arranca-rabo



Essa expressão foi trazida pelos colonizadores portugueses que a herdaram de uma antiga tradição criada pela civilização egípcia. Durante suas conquistas militares, os guerreiros egípcios tinham o costume de arrancar a cauda dos cavalos inimigos. Por meio desse gesto, atestavam o número de oponentes que venceram no campo de batalha. No Brasil, os cangaceiros nordestinos, toda vez que invadiam a propriedade de um

coronel-fazendeiro, também arrancavam o rabo de alguns animais da propriedade, num tipo de humilhação pública do coronelzão. Hoje a expressão é muito conhecida entre casais, chefe e subordinado e similares.

Vaidade mata!

Uma mulher foi levada às pressas para o CTI e encontrou-se com a morte:

- Que é isso? - perguntou - Eu morri?

- Não, pelos meus cálculos, você morrerá daqui a 43 anos, 8 meses, 9 dias e 16 horas.

Com essa informação, ficou no hospital e aproveitou para fazer uma lipoaspiração, uma plástica nos seios, no rosto, correção no nariz, na barriga, tirou todos os excessos, as ruguinhas e tudo mais que podia mexer para ficar linda e jovial.

No dia seguinte, ao atravessar a rua, veio um veículo em alta velocidade e a atropelou, matando-a na hora.

Ao encontrar-se de novo com a morte, ela perguntou irritada:

- Puxa, você me disse que eu tinha mais 43 anos de vida. Por que morri depois de toda aquela despesa com cirurgias plásticas?!

E a morte aproximou-se bem dela e, olhando-a diretamente nos olhos, respondeu:

- Criatura, não te reconheci!!



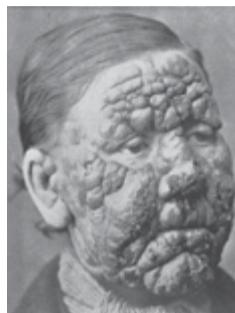
Dinossauros

O Vale dos Dinossauros, na Paraíba, é o local onde se pode encontrar o maior número de pegadas de dinossauros no mundo todo. São 505 trilhas de 51 espécies diferentes de dinossauros que habitaram essa região há 120 milhões de anos. Embora, principalmente na política, alguns tenham sobrevivido...

Por que Marte é vermelho?

A superfície e as rochas de Marte são cobertas de óxido de ferro (ou hematita) e outros compostos, como o enxofre e o cloro. Por isso é avermelhado e daí o nome Planeta Vermelho. A erosão do vento fez com que detritos fossem espalhados pela superfície marciana, fazendo com que quase todo o planeta pareça uma gigante bola rubra.

A mais antiga



A hanseníase é considerada a doença mais antiga sobre a terra. Os primeiros registros dessa doença datam de 1350 a.C. Apesar de ser muito antiga, o tratamento eficaz da doença só foi descoberto no começo dos anos 80, com o desenvolvimento da

poliquimioterapia. A hanseníase é provocada pela bactéria *Mycobacterium leprae*, também conhecida como Hansen. Ela agride principalmente os nervos e a pele, podendo, em estágios mais graves, resultar em deformações.

A Grande Muralha

A muralha da China começou a ser erguida por volta de 220 a.C., por determinação do primeiro imperador chinês, Qin Shihuang. Com aproximadamente três mil quilômetros de extensão, a sua função era conter as constantes invasões dos povos ao Norte. Se, no passado, a sua função foi essencialmente defensiva, atualmente é um símbolo chinês e grande atração turística. E hoje está difícil erguer muralhas contra a invasão comercial chinesa.



Tirando o Brasil da gaveta

“As manhãs de domingo eram plenas de luz. E de verdadeiro Som Brasil! A casa, grande, arejada, de janelas abertas, se inundava de música. E meu coração também”. Chico Pinheiro, Jornalista

Por Cynthia Calderon

No início dos anos 80, Rolando Boldrin, esse paulista de São Joaquim da Barra, 76 anos, com sua fama de “cantadô” e contador de histórias antológicas do interior alegrava e emocionava, de fato, as manhãs de domingo dos brasileiros.

E continua alegrando e emocionando as pessoas em teatros feiras, eventos. Seu repertório de canções caipiras reúne cateretês, toadas e modas, compondo a cuidadosa seleção do que há de melhor na música brasileira de enfoque rural. O “Som Brasil”, invariavelmente, começava com os versos de “Vide Vida Marvada”:

Corre um boato aqui donde eu moro
Que as mágoas que eu choro
São mal ponteadas
Que no capim mascado do meu boi

A baba sempre foi
Santa e purificada
Diz que eu rumino desde menininho
Fraco e mirradinho
A ração da estrada
Vou mastigando o mundo e ruminando
E assim vou tocando
Essa vida marvada

Hoje, Rolando Boldrin desenvolve um projeto chamado “Vamos tirar o Brasil da Gaveta”, que busca resgatar os autênticos valores brasileiros e todas as suas formas de expressão (www.rolandoboldrin.com.br).

Com aquele mesmo jeitão simpático ele cantou e proseou num auditório lotado do Cietep/Fiep, em Curitiba. Depois conversou com a jornalista Cynthia Calderon, da FAEP.

- O brasileiro gosta muito de ouvir histórias. Essa coisa que eu faço, de contar histórias de tipos humanos brasileiros, é uma coisa atemporal. O brasileiro não vai mudar nunca, né? Eu gosto muito de ouvir histórias e gosto de contar também. Sempre haverá espaço para uma boa história brasileira.

Ele considera que, infelizmente, a mídia, de um modo geral, não divulga muito, não dá muito apoio as coisas brasileiras. “Mas existe uma corrente muito grande e que gosta até de não depender dessa grande mídia”.

Para ele, sempre haverá o caipira.

- Quando eu falo o caipira me refiro ao homem simples do interior. O homem simples do Brasil. Eu falo o caboclo, não falo caipira. Mesmo as capitais brasileiras estão cheias de caboclos. Se você for a uma grande metrópole, tá cheia de caboclo – gente que veio do interior. E mesmo no interior, onde a tecnologia hoje está muito avançada, vemos máquinas colheitadeiras que fazem o trabalho sozinhas. Mas, o amor pela terra é o mesmo.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br